



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTA ERIKA KOKAY – PT/DF

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO° _____, DE 2017
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer seja convocado o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Decreto N° 9.010, de 23/03/2017, que extingue quantidade significativa de cargos na Fundação Nacional do Índio (Funai), com risco iminente de acarretar profundos impactos negativos nas áreas responsáveis pelas demarcações e a análise do licenciamento ambiental de obras que afetam Terras Indígenas (TIs), além dos escritórios regionais.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à Convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, ministro Osmar Serraglio, para comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa sobre o decreto que extingue quantidade significativa de cargos na Fundação Nacional do Índio (Funai), com risco iminente de acarretar impactos negativos profundos nas áreas responsáveis pelas demarcações e a análise do licenciamento ambiental de obras que afetam Terras Indígenas (TIs), além dos escritórios regionais.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento objetiva convocar o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, para que possa prestar os devidos esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTA ERIKA KOKAY – PT/DF

Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no que se refere à edição do Decreto N°9.010, de 23 de março de 2017.

Conforme levantamento feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC revelou que a instituição indigenista conta atualmente com cerca de 2,1 mil funcionários efetivos, quando o número total de cargos autorizados pelo Ministério do Planejamento é de quase seis mil. Assim, o órgão desempenha atualmente suas atividades com apenas 36% de sua capacidade. Além disso, o orçamento vem sofrendo seguidos cortes desde 2011 - este ano, houve uma redução de 23% em relação ao total de R\$ 653 milhões autorizado pelo Congresso. Essa redução atinge principalmente as políticas públicas destinadas aos povos indígenas.

Nesse sentido, julga-se absolutamente necessário que o ministro venha à CPI prestar as devidas informações sobre a drástica redução do número de cargos da Funai, sabendo-se que tal ação compromete sobremaneira a missão do órgão.

Pelo exposto, julgamos fundamental que o ministro venha perante a CPI Funai/Incra fornecer os devidos esclarecimentos sobre os fatos acima narrados, até para que lhe seja dada a oportunidade de apresentar a versão do ministério para as questões em comento.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2017.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF